PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2015
(Do Sr Nilson Leitão)

Susta a aplicação da Portaria n.º 443/2014 do Ministério do Meio Ambiente - MMA, publicada no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2014, que versa sobre espécies da flora ameaçadas de extinção, e proíbe a coleta, corte, transporte, armazenamento, manejo, beneficiamento e comercialização de diversas espécies de madeiras.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto Legislativo susta a aplicação da Portaria 443/2014 do Ministério do Meio Ambiente - MMA, publicada no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério do Meio Ambiente - MMA, publicou no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2014, a Portaria n.º 443/2014, por meio da qual declara as espécies da flora ameaçadas ou sob perigo de extinção, e proíbe a coleta, corte, transporte, armazenamento, manejo, beneficiamento e comercialização de tais espécies.

Ocorre que as espécies garapeira, jatobá, itaúba, angelim, entre outras, listadas no Anexo da referida Portaria, são espécies que compõem diversos planos de manejo aprovados **tanto** pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA **quanto** pelos Órgãos de Meio Ambiente dos Estados, notadamente nos Estados de Mato Grosso, Pará, Acre, Rondônia, e Tocantins, portadores de grande ofertada de matéria-prima florestal.

Importante destacar que esses planos de manejos, aprovados pelos órgãos ambientais, estão sendo regularmente executados, de acordo com técnicas científicas de manutenção e conservação das referidas espécies.

A ofensa direta e visceral do texto da mencionada Portaria ao direito dos detentores de planos de manejo está no fato de que o diploma legal não resguarda o ato jurídico perfeito, o fato consumado, o direito adquirido, as relações jurídicas constituídas, pois não excepciona aqueles planos de manejo

já aprovados pelo órgão ambiental competente e em plena execução.

E decorrência das alterações promovidas pela Portaria Federal, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso publicou a Portaria de n.º 29, de 30 de janeiro de 2015, ampliando o grau de restrição da Portaria Federal ao suspender, por meio de bloqueio ao sistema de emissão de guia de transporte de produtos florestais para as espécies relacionadas no anexo da Portaria 443.

Isto é, da noite para o dia, tanto os detentores de planos de manejo quanto os proprietários de indústrias madeireiras assumiram a condição de ilegalidade.

Trata-se de verdadeira insegurança jurídica para todos os detentores de planos de manejo em execução em todos os Estados que compõem a Amazônia Legal brasileira.

Basta dizer que 90% (noventa por cento), da matéria-prima florestal extraída no Estado de Mato Grosso decorrem de planos de manejo florestal. É importante lembrar que o instrumento de manejo da floresta, executado conforme a melhor técnica, visa justamente evitar o esgotamento das espécies de madeiras.

A proibição é de tamanho alcance que atinge todos os níveis da cadeia produtiva, isto é, aqueles que estão armazenados, em processamento ou ainda em circulação para os mercados consumidores. Portanto, é incompatível com a técnica legislativa a produção de normas que não assegurem as relações jurídicas e contratuais pré-constituídas ou em andamento.

Ante o exposto, pugna-se pela sustação dos efeitos da Portaria de n.º 443/2014 do Ministério do Meio Ambiente, por meio da qual declara as espécies da flora ameaçadas ou sob perigo de extinção, e proíbe a coleta, corte, transporte armazenamento, manejo, beneficiamento e comercialização de tais espécies por ofensa direta ao ato jurídico perfeito, direito adquirido, e por submeter toda a cadeia de produção e consumo de produtos florestais a *total* insegurança jurídica.

Sala das Sessões, 09 de fevereiro de 2015.

DEPUTADO NILSON LEITÃO
PSDB